



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000560-83.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 18/2016-CGJ

Período da correição: 30-5-2016 a 1-8-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessora Correicional: Irys Cristiannye Bittencourt Bagio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epígrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Palhoça.

Unidade: 2ª Vara Criminal.

Municípios integrantes: Palhoça.

Juiz titular: Viviana Gazaniga Maia.

Chefe de cartório: Daniel Ronald Ricardo.

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0000491-85.2015.8.24.0600.

Competência: Resolução 23/2011-TJ, "(...) Art. 8º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça: I - processar e julgar: a) as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), observado o disposto no art. 2º da Resolução n. 16/2006-TJ, de 6 de setembro de 2006; e b) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à Corregedoria da Cadeia Pública de Palhoça (art. 93, inciso XVII, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979) (...)"

Entrância: Especial.

Observações: De acordo com o a Resolução 70/2011-TJ, art. 3º, VII, compete privativamente ao Juiz de Direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de São José exercer as funções concernentes à corregedoria da Colônia Agrícola de Palhoça.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.958
1.1.2	Processos em andamento	1.879	
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.079	
1.1.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência julho de 2016 (fl. 66).			
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 894 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.			

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.555
1.2.2	Processos em andamento	1.525	
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.030	
1.2.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência julho de 2016 (fl. 66).			

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	140	33	173
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 9-9-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	3.151	262
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.641	303
1.4.3	Janeiro a julho de 2016	1.926	321
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		225
1.5.1.1	Criminal – Genérico – Processo Ag. Encerramento do Ato	28	
1.5.1.2	Criminal – Genérico – Processo Ag. Prazo	11	
1.5.1.3	Criminal – Genérico – Processo Concluído para Sentença	1	
1.5.1.4	Criminal – Genérico – Processo Concluído 2	18	
1.5.1.5	Criminal – Genérico – Processo Cumprir Audiência	59	
1.5.1.6	Execução Penal – Processo Ag. Encerramento do Ato	22	
1.5.1.7	Execução Penal – Processo Ag. Prazo	11	
1.5.1.8	Execução Penal – Processo Ag. Prisão	15	
1.5.1.9	Execução Penal – Processo Recebido Ministério Público	3	
1.5.1.10	Juizado Especial Criminal – Processo Ag. Encerramento do Ato	14	
1.5.1.11	Juizado Especial Criminal – Processo Ag. Prazo	7	
1.5.1.12	Juizado Especial Criminal – Processo Concluído para Despacho	5	
1.5.1.13	Juizado Especial Criminal – Processo Concluído para Sentença	2	
1.5.1.14	Juizado Especial Criminal – Processo Concluído 1	1	
1.5.1.15	Juizado Especial Criminal – Processo Concluído 2	2	
1.5.1.16	Juizado Especial Criminal – Processo Cumprir Audiência	22	
1.5.1.17	Juizado Especial Criminal – Processo Escrivão	1	
1.5.1.18	Juizado Especial Criminal – Processo Remetidos à Delegacia de Polícia	3	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

1.5.1.19	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 9-9-2016.</p> <p>b) Na data de 9-9-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 2-9-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 31-8-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 26-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existe 1 processos na fila, datado de 31/08/2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 6-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 13-4-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: não há processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0301281-75.2016.8.24.0045, 0003279-54.2016.8.24.0045, 0008219-39.215.8.24.0064, 0005332-19.2014.8.24.0064 e 0302205-57.2014.8.24.0045), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas somente nos dois primeiros processos há certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso (Suspensão art. 366 do CPP e Suspensão art. 89 Lei 9099/95): foram analisados 5 processos (n. 0001314-75.2015.8.24.0045, 0005245-86.2015.8.24.0045, 0002887-85.2014.8.24.0045, 0006964-40.2014.8.24.0045 e 0001432-85.2014.8.24.0045), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>c) Foi verificado o fluxo de documentos e analisada a fila petição intermediária, que apresentou os seguintes registros:</p> <p>c.1) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 42 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 7-9-2016.</p> <p>c.2) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 10 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 16-5-2016.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	379	175
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		12,62%	5,92%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fls. 11-12). b) Segunda verificação: mês de referência julho de 2016 (fls. 67-68). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		15	27
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		9	9
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		77	90
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		2	9
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 23-5-2016 e 24-5-2016 (fls. 13-17). a.1) Item 1.6.5: dados do mês de abril de 2016, extraídos do SAJ Estatística. a.2) Item 1.6.6: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 69-74). b.1) Itens 1.6.5 e 1.6.6: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo << Campo excluído do banco de dados >>

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		80	69
	Peticionamento eletrônico		18	1
	Mandados		1	0
	AR		7	1
1.6.10.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fl. 18). b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fl. 75).			

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	122	120
1.6.11.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 19-22). b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 76-79).			

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.12	Outros setores				
1.6.12.1	Contadoria	13	0	0	0
1.6.12.2	Ministério Público	309	17	373	15
1.6.12.3	Petição Inicial – Ag. Digitalização	31	25	0	0
1.6.12.4	Serviço Social	20	2	1	0
1.6.12.5	Observações				
	a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fl. 23). b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fl. 80).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.13	Quantidade total de processos em carga	153		94	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.13.1	Juiz (Viviana Gazaniga Maia)	60	16	30	9
1.6.13.2	Juiz (Cristina Lerch Lunardi)	0	0	3	0
1.6.13.3	Contadoria	3	0	10	0
1.6.13.4	Distribuição	4	4	0	0
1.6.13.5	Ministério Público	50	3	18	2
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.13.6	Advogado	1	1	1	0
1.6.13.7	Delegacia de Polícia	34	34	32	32
1.6.13.7	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fl. 24). b) Segunda verificação: mês de referência julho de 2016 (fl. 81). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

1.6.14 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.14.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.14.2	Cartório – aguardando	0	0	0	0
1.6.14.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.14.4	Cartório – aguardando carta precatória	5	5	2	2
1.6.14.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	0	0
1.6.14.6	Cartório – aguardando mandado	41	29	39	22
1.6.14.7	Cartório – aguardando publicação de relação	14	7	4	0
1.6.14.8	Cartório – arquivar	32	25	27	7
1.6.14.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.14.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.14.11	Cartório – escaninho do juiz	6	0	2	0
1.6.14.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	6	3	2	0
1.6.14.13	Cartório – escaninho do promotor	10	1	12	5
1.6.14.14	Cartório – prazo 1 a 31	30	7	36	17
1.6.14.15	Cartório – mesa do escrivão	0	0	0	0
1.6.14.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.14.17	Cartório – mesa 01 a 10	4	4	1	1
	Expedição/cumprimento				
1.6.14.18	Cartório – cumprir despacho	71	15	14	10
1.6.14.19	Cartório – cumprir despacho urgente	10	0	0	0
1.6.14.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.14.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.14.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.14.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.14.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.14.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.14.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.14.27	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.14.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.14.29	Observações				

a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 25-26).
b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 80 e 107).
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	834	97
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		213	4
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		93	1
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		17	5
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	204	180
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 27-36).				
b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 83-90).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	152	79
		Definitivo	337	304	
1.7.9.1	Réu preso - total		489	383	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 37-48).					
b) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 91-100).					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 24-5-2016 (fls. 52-53). b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação. b.2) Verificou-se que há 2.352 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 1.048 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. d.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados (Resolução 70/2011-TJ, art. 3º, VII). e) Segunda verificação em 9-9-2016 (fls. 104-106). e.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação. e.2) Verificou-se que há 2.428 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”.		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Vara do Processo<< Campo excluído do banco de dados >>

Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 2.224 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

f) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

f.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

g) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

g.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

g.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados (Resolução 70/2011-TJ, art. 3º, VII).



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 22 de setembro de 2016.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Técnica Correicional – Mat. 6.508

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio
Assessora Correicional - M35153